

# Outra missão, para outras bandas: a circulação de professores paulistas e do modelo da escola graduada<sup>1</sup>

Another mission to other places: the movement of  
professors from são paulo and the model of graduate school

Diana Gonçalves Vidal<sup>2</sup>  
Elizabeth Figueiredo de Sá<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo trata sobre a missão paulista em Mato Grosso no período de 1910 a 1916. Tem como objetivo acompanhar a trajetória dos professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Fernando Kuhlmann, da preparação na Escola Normal à atuação em Mato Grosso, em busca de perceber a circulação de modelos pedagógicos e de sujeitos escolares no interior do Brasil, bem como desenhar as apropriações e as traduções culturais efetuadas. Percebeu-se que apesar da curta atuação desses educadores paulistas, estes foram cultuados na tradição pedagógica de Mato Grosso, assumindo sua passagem pelo estado o estatuto de marco fundador da modernidade educativa.

**Palavras-chave:** História da Educação - escola graduada - Educação em Mato Grosso

## Abstract

This article discusses the mission of professors from São Paulo in Mato Grosso from 1910 to 1916. It aims to follow the trajectory of Leowigildo Martins and Gustavo de Mello Fernando Kuhlmann, since the Normal School preparation until performances in Mato Grosso state, seeking to understand the circulation of pedagogical models and school subjects in interior of Brazil, as well as delineate appropriation and cultural translations made. It was noticed that despite the short work of these educators, they were worshiped in educational tradition of Mato Grosso assuming their passage by the state status of March founder of modern education.

**Keywords:** History of Education – Graduate School – Education in Mato Grosso

1 Pesquisa financiada pelo CNPq.

2 É professora Titular em História da Educação na FEUSP. Possui pós-doutorado em Educação no INRP-França (2001) e na Universidade de Santiago de Compostela (2007). Desde 1996, exerce a coordenação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE).  
Filiação institucional: Faculdade de Educação (USP). Endereço profissional: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Departamento de Filosofia da Educação e Ciência da Educação. Av. da Universidade 308- Cid. Universitária- 05508-900 - São Paulo, SP – Brasil. Telefone: (11) 30913195 Ramal: 282 Fax: (11) 38150194. E-mail: <dvidal@usp.br>

3 É professora doutora em História da Educação na Universidade Federal de Mato Grosso. Participou do estágio de doutoramento na Universidade do Porto (2004). Em 2009, concluiu o pós-doutorado na Faculdade de Educação da USP. Atualmente é coordenadora do grupo de Pesquisa História da Educação e Memória -GEM-IE-UFMT. Endereço: Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação. Av. Fernando Corrêa da Costa, 2367. Boa Esperança-78060-900 - Cuiabá, MT – Brasil Telefone: (065) 36158444. E-mail: <bethfsa@uol.com.br>

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 19	n. 41	p. 551-574	set./dez. 2010
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Outra missão, para outras bandas. Constituiu-se pelos srs. Professores Leovigildo Martins e Gustavo Kuhlmann, idos ambos há tempos para Mato Grosso. Ignoramos a ação desses moços paulistas naquelle colossal Estado, mas, ao que me consta occupavam cargos elevados na administração escolar assim poderiam ter exercido uma influência benéfica, lutando aliás com enormes dificuldades se considerarmos a extensão do território, pouca densidade e atrazo da população e ainda a praga da politicagem e dos levantes armados [...]  
(SILVEIRA, 1917, p. 241).

Carlos da Silveira, em artigo intitulado *Missões de professores paulistas*, publicado na *Revista do Brasil*, relacionava as comissões de egressos da Escola Normal Secundária de São Paulo, das antigas Escolas Complementares e das Escolas Normais Primárias que haviam se dirigido a outros estados da federação para “organizarem escolas e deixarem-nas funcionando de acordo com o que há indicado como mais viável, entre nós, em matéria de ensino propriamente e nas questões de administração escolar” (SILVEIRA, 1917, p. 241).

O professor normalista, antigo diretor das Escolas Reunidas da Avenida Paulista, depois Grupo Escolar da Avenida Paulista, nomeado em 1907, conhecido pela historiografia educacional paulista, pela autoria da memória *Apontamentos para uma História do Ensino Público em São Paulo*, veiculada na revista *Educação*, em 1929, destacava o empreendedorismo do magistério paulista. No entanto, ele também participou de comissão pedagógica ao estado de Sergipe, em curta permanência, entre agosto e outubro de 1911, reconhecia que os resultados das missões não correspondiam ao que delas se havia esperado. Um conjunto de razões era então arrolado.

Excessivo regionalismo, intrigas maçantes e politicagem sórdida contra o estrangeiro associavam-se a queixas pela descontinuidade das reformas educativas, conduzidas a reboque dos interesses de grupos políticos. Acrescentava ao diagnóstico, referência ao escasso plantel de professores com o perfil administrativo e diplomático requerido pelo cargo em São Paulo e desejosos de assumir tais desafios, seja por encontrarem no próprio estado condições de exercício do mister, seja por terem abandonado a profissão, orientando-se a outras carreiras, receosos de uma “semi-indigência” na velhice. Finalmente, alertava que um professor sozinho ou com alguns auxiliares pouco podia realizar. Por todas estas razões, era contrário às missões de professores paulistas.

Propunha, outrossim, que os governos selecionassem no âmbito do próprio magistério, mestres primários que em visita a São Paulo tomassem contato com

a organização do ensino, com os métodos e processos pedagógicos, adotando ou adaptando o que lhes parecesse plausível em suas regiões. Desse modo, as novidades não ficariam como *enxertos exóticos e sem eficiência*. O procedimento, considerado mais econômico que o anterior, teria ainda a vantagem de permitir aos professores em visita adquirir novos hábitos de trabalho e avaliar os resultados alcançados pelo aparelho educacional paulista.

Apesar de não colocar em causa o pioneirismo de São Paulo em matéria educativa nas primeiras décadas republicanas, Carlos da Silveira relativizava o sucesso das missões paulistas a outros estados, reconhecendo obstáculos e interrogando-se sobre a pertinência da disseminação de soluções utilizadas em São Paulo em outros pontos do país.

O mesmo expediente não seria usado, trinta anos mais tarde, no artigo *Bandeirismo*, saído na *Poliantéia do 1º. Centenário do Ensino Normal de São Paulo*, em 1946. O texto, sem autoria identificada, exaltava os “primeiros combatentes”, os “novos bandeirantes” que haviam partido a vários estados brasileiros para realizar a “cruzada da instrução”. Leowigildo Martins de Mello<sup>4</sup> e Gustavo Kuhlmann faziam parte dessa plêiade de educadores paulistas cuja memória deveria ser “revelada”, saldando a “dívida para com a história do ensino e da educação no Brasil” (POLIANTÉIA, 1946, p. 69).

O tom avaliativo de Silveira dava lugar ao encomiástico da *Poliantéia*. A oscilação devia-se, em parte, ao propósito comemorativo que regia a organização do volume em 1946, por uma comissão composta pelos professores Salvador Rocco, Clotilde Kleiber, José de Oliveira Orlandi, Reynaldo Busch, Iracema Silveira, Miguel Milano, Vicente Peixoto e Horácio Quaglio. Exortar a excelência e cultuar o passado do ensino paulista eram os objetivos declarados da publicação. Denunciava, por outro lado, que os tempos áureos da educação paulista, considerada em âmbito nacional como ponta de lança da inovação, haviam passado.

A constatação não era nova. Os debates surgidos já no final dos anos 1920 e evidenciados no *Inquérito de 1926*, promovido por Fernando de Azevedo para *O Estado de S. Paulo*, ou nas batalhas jornalísticas entre Renato Jardim e Sud Mennucci em 1929, colocavam em dúvida a prevalência da tradição educacional paulista, reivindicando uma renovação do ensino, pautada no que se convencionou chamar, nesse final de década, de Escola Nova. Era no cerne dessas lutas de representação sobre os contornos da modernidade

---

4 Nos documentos localizados, o prenome de Mello ora é escrito com “v” (Leovigildo), ora com “w” (Leowigildo). Utilizamos a segunda grafia, respeitando o modo pelo qual o educador assinava seu próprio nome.

educativa, nos anos 1920, que se reconfiguravam os dispositivos da escola pública primária (VIDAL, 2006).

Colhidos entre um e outro marco, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, partilhando dos referenciais do primeiro período e ainda não expostos às críticas do segundo, partiram em missão ao Mato Grosso, em 1910, ano seguinte a sua formatura na Escola Normal Secundária. Colegas de bancos escolares, permaneceram no estado até 1916, quando Kuhlmann retornou a São Paulo. Durante o período envidaram esforços no sentido de reformar a instrução pública matogrossense.

Acompanhar a trajetória desses dois rapazes, da preparação na Escola Normal à atuação em Mato Grosso, é o objetivo deste artigo. Associa o interesse em compreender os contornos da *obra de Bernardino de Campos e de Cesário Motta*, como denominou Fernando de Azevedo em 1926, objeto de cobiça no início da Primeira República por parte dos demais estados da federação, ao intuito de apreender como esses *bandeirantes* lidaram com o desafio de semear flores *exóticas*, identificando as estratégias de *enxerto* que utilizaram.

No cerne de nossa preocupação, está o desejo de perceber a circulação de modelos pedagógicos e de sujeitos escolares no interior do Brasil e desenhar as apropriações e as traduções culturais efetuadas por esses, como considerou Serge Gruzinski (1999), mediadores culturais.

## Dois moços paulistas partem em missão

Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Fernando Kuhlmann diplomaram-se no Curso Secundário da Escola Normal da Capital, em 30 de novembro de 1909, após quatro anos de estudos conjuntos. Mello, seis meses mais velho que Kuhlmann, contava, então, com 20 anos de idade.

Menos de um ano depois da formatura, no dia 1º de agosto de 1910, os dois rapazes chegavam a Cuiabá para dar início à reforma educacional. A indicação de seus nomes partira de Oscar Thompson, diretor da Escola Normal desde 1901, licenciado à época para assumir o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública de São Paulo (1909-1911) (GONÇALVES; WARDE, 2002).

No quadro de formatura, figuravam os nomes dos professores desses dois colegas: Oscar de Sá Campelo (Inglês), Reynaldo Ribeiro (História Natural, Anatomia, Fisiologia e Higiene), Macedo Soares (Mecânica, Física e Química), Manoel Cyridião Buarque (Pedagogia e Educação Cívica), Ascendino Reis

(Geografia Geral, do Brasil e Astronomia), José Sá e Benevides (História da Civilização do Brasil), Carlos Lenz (Português e Latim e secretário da instituição), Ruy de Paula Sousa (Francês e, naquele momento, diretor interino da Escola Normal).

Os alunos tinham se distinguido no curso com bom rendimento, alcançando médias expressivas em cada semestre. Kuhlmann concluíra *plenamente* o primeiro e segundo semestres do primeiro ano com graus 9 e 8 respectivamente (em escala de 12); *plenamente* o primeiro, com grau 9, e *simplesmente* o segundo semestre, grau 7, do segundo ano; *plenamente* o primeiro semestre, grau 8, e *simplesmente*, grau 6, o segundo do terceiro ano; e *plenamente*, grau 8, e *com distinção*, grau 10, os semestres do quarto ano. Mello tinha um histórico escolar ainda mais destacado, tendo auferido *distinção* em três semestres (durante todo o terceiro, sempre com grau 8, e no segundo semestre do quarto ano, grau 10), *plenamente* em quatro semestres (todo o primeiro ano, sempre com grau 8, e os primeiros semestre do segundo e quarto ano, com graus 8 e 9, respectivamente) e apenas um *simplesmente*, no segundo semestre do segundo ano, grau 7 (Livro de Registro de Diplomas de Habilitação do Curso Secundário da Escola Normal da Capital).

Em Pedagogia e Educação Cívica, ministrada no último ano do curso, Leowigildo também demonstrou desempenho superior a Gustavo, como se pode aferir no Quadro abaixo. Na disciplina Exercícios de Ensino na Escola Complementar Anexa, entretanto, ambos concluíram com média 10 (Livro de Registro de exames e medias de aplicação das matérias do Segundo Grupo do Curso Secundário da Escola Normal em 1909).

Pedagogia e Educação Cívica	Notas de exames em abril	Notas de exames em agosto	Notas de exames em novembro	Media anual de aplicação
Gustavo Kuhlmann	10	8	6	6
Leowigildo Martins	8	8	8	8

Quadro 1 - Livro de Registro de exames e medias de aplicação das matérias do Primeiro grupo do curso secundário da Escola Normal em 1909.

Fonte: Arquivos Caetano de Campos, CRE Mario Covas.

A escolha dos nomes de Kuhlmann e Mello para partir em comissão ao Mato Grosso pode ter sido influenciada pelo bom desempenho escolar dos dois. Em entrevista publicada por Maria Aparecida dos Santos Rocha (1999). Noemia Veiga de Barros, antiga aluna da Escola Normal Secundária da Capital, entre 1909 e 1913, relata que as médias anuais de desempenho serviam para reclassificar os alunos-mestre e determinar o lugar físico que ocupavam no interior da sala de aula. Os melhores alunos sentavam-se na primeira fila. No entanto, a proximidade com os professores da casa poderia advir de outras relações, como gênero. À época, as turmas eram divididas por sexo e a pouca frequência masculina à escola revelada pelo número de formandos. No ano de 1909, dos 68 concluintes, apenas 10 eram homens. Apesar do contingente diplomado pela Normal ser majoritariamente feminino, os rapazes eram preferidos às moças para as indicações a cargos de direção de Grupos escolares. Dermartini e Antunes (1993), em artigo já tornado clássico, lembram que nas primeiras décadas do século XX, a carreira dos homens no magistério era muito mais rápida que as das mulheres, sendo, logo após diplomados, convidados a assumir postos de controle e de formação de novos profissionais.

Se por um lado, é difícil saber exatamente os conteúdos que lhes haviam sido ministrados na formação para o magistério. Por outro, considerando a função que ocuparam, Mello foi simultaneamente diretor da Escola Normal de Cuiabá e da Escola Modelo Anexa (constituída como Grupo Escolar do 1º. Distrito da Capital) e Kuhlmann, diretor do Grupo Escolar do 2º. Distrito, seria importante conhecer, ao menos, o que tinham tido contato na cadeira de *Pedagogia e Educação Cívica*. Um concurso, realizado em março de 1912, para provimento do cargo de professor da disciplina nas Escolas Normais de Pirassununga e Botucatu pode nos dar algumas pistas.

Presidido por Oscar Thompson, o concurso contava com os lentes Manoel Cyridião Buarque, Reynaldo Ribeiro da Silva e Roldão Lopes de Barros, todos ligados à Escola Normal, como examinadores. Vale à pena reiterar que os três primeiros docentes tinham sido professores dos *missionários* paulistas em Mato Grosso. A extensa lista de pontos composta para as provas escrita, arguição e pedagógica, congregava um vasto conjunto de saberes. Eram eles:

a) Pontos para a prova escrita e argüição:

1. Dos atos reflexos.
2. Inclinações – suas divisões
3. O hábito.
4. Sensação e percepção.
5. Divisão dos fatos intelectuais. Ordem em que aparecem os poderes mentais na criança.
6. Deve a psicologia experimental ser considerada base da Pedagogia?
7. Gabinete de Antropologia, pedagogia e psicologia experimental, seus meios de investigação – suas vantagens para o ensino.
8. O método em geral, verdadeira significação do que é método, forma e processo de ensino.
9. Alunos normais e anormais
10. A ginástica – seus diversos sistemas – A ginástica encarada quanto à higiene. Qual a verdadeira ginástica pedagógica.
11. Disciplina escolar – Em que consiste – Fins educativos da disciplina.
12. A inspeção médica nas escolas. Sua importância.
13. A escola em seus diversos graus e seus métodos e processos de ensino.
14. A educação moral. Sua importância e como ensiná-la.
15. Princípios gerais do ensino.
16. Os horários.

b) Pontos para a prova Pedagógica:

- 17 Os batalhões escolares.
- 18 Os trabalhos manuais na escola primária e seus fins. Espécie de trabalhos que devem ser preferidos. Quais os que mais estimulam a formação moral da criança.
- 19 A musica. O canto em relação ao seu valor estético e moral.
- 20 O ensino do desenho. O desenho do natural. A cópia de gravuras e quadros
- 21 O ensino artístico na escola primária.
- 22 Metodologia da História
- 23 Metodologia da Geografia.
- 24 Metodologia da Caligrafia.
- 25 Metodologia da Aritmética e da Geometria.
- 26 O ensino da leitura. Métodos e processos para o ensino. Exame e crítica das cartilhas de leitura.
- 27 Livros de leitura. Critério para sua adoção. Crítica aos livros de leitura em uso nas escolas sob o ponto de vista da linguagem, do assunto e do aspecto dos livros.
- 28 Objetos, métodos e processos da Educação cívica.

Quadro1 - Livro de Actas de Concurso (1886-1927).  
Fonte: Arquivos Caetano de Campos, CRE Mario Covas.

Ainda que saibamos que as Escolas Normais de Pirassununga e Botucatu eram antigas Escolas Complementares e não Normais, como era o caso da Escola da Praça da República, frequentada por Kuhlmann e Mello, a lista pode ser tomada como indicativa dos conteúdos estudados pelos dois *missionários*.

No *Annuario do Ensino do Estado de São Paulo*, dos anos 1909-1910, o clamor unânime dos diretores de Escolas Complementares reivindicava a introdução de disciplinas como Metodologia, Pedagogia e Psicologia nos quadros curriculares, de maneira a melhor preparar os futuros mestres. As Escolas Complementares, apesar de habilitarem seus alunos ao magistério, não ministravam tais conteúdos, ficando a formação docente restrita à prática de ensino obrigatória de 6 meses, realizada após a conclusão da Complementar, em qualquer Grupo escolar, conforme regia o decreto 1846, de 19 de março de 1910.

Foi apenas em março de 1911 que, transformadas em Escolas Normais Primárias (decreto 2025), passaram a incluir “Pedagogia e Educação Cívica” no rol das disciplinas escolares (TANURI, 1979, p. 130). As Escolas Normais Secundárias, outrossim, foram criadas somente em dezembro de 1912 (decreto nº 1341), nove meses depois da realização do concurso em pauta. Nesse sentido, parecia não haver diferenças entre os conteúdos ministrados na Escola Normal da Praça da República e nas congêneres criadas em Pirassununga e Botucatu naquele primeiro momento.

Na análise corrobora a observação de um segundo concurso para provimento do mesmo cargo na Escola Normal de Casa Branca, realizado em fevereiro de 1914, tendo também Oscar Thompson como presidente da Comissão e Roldão Lopes de Barros como um dos examinadores. A nova lista de pontos das provas escrita, arguição e pedagógica nos oferece duas importantes evidências.

A primeira é uma significativa redução de temas, que cai de 28 para 18 itens. Muito possivelmente revela a progressiva adequação das exigências do concurso ao nível de formação, em função das alterações estruturais sugeridas com os decretos de 1911 e 1912. A segunda evidência é repetição exata da redação dos pontos selecionados, remetendo talvez a um material de uso didático (produção bibliográfica) ou ao programa utilizado na disciplina.

Por fim, é preciso considerar a composição da banca. Dela participaram Manoel Cyridão Buarque, o mestre experiente, e Roldão Lopes de Barros, o docente recém-contatado, lentes das cadeiras “Pedagogia e Educação Cívica” na Escola Normal de São Paulo e na Normal Primária, respectivamente (esta última instalada em 1911, como efeito da reorganização da Escola Complementar); Reynaldo Ribeiro da Silva, docente de “História Natural, Anatomia, Fisiologia e Higiene” na Normal da Praça; e Oscar Thompson, que acabara de deixar a administração da educação pública paulista, desencadeando um movimento de renovação do ensino em São

Paulo que envolveu não apenas a reestruturação da Inspeção-Geral, transformada em Diretoria-Geral, como a uniformização da produção didática (livros e demais materiais de ensino) (BONTEMPI JR., 2007, p. 82).

A leitura do *Annuário* de 1909-1910, produzido durante a gestão de Thompson, confere ainda maior substância à lista dos pontos propostos. Nele, localizamos um artigo de Clemente Quaglio sobre a importância dos Gabinetes de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental, recomendados pelos “hodiernos progressos da Pedologia” (POLIANTÉIA, 1946, p. 162); uma matéria sobre as bases psicológicas do método analítico para o ensino da leitura (p. 166-173), em que se examinam as características dos diferentes métodos (soletração, fônico e palavrção), elevando-se a vantagem do sistema analítico; um arrazoado sobre o ensino de desenho e os trabalhos manuais, assegurando seu valor educativo no desenvolvimento físico e moral dos alunos e de sua capacidade de observação (p. 173-177); um texto sobre o ensino de caligrafia vertical e sua importância higiênica e pedagógica (p. 177-181); além da enumeração dos horários de trabalho letivo em vigor na escola primária com detalhamento das atividades escolares, distribuídas em intervalos de 10 a 30 minutos (p. 181).

É possível supor que os dois *missionários* paulistas tomaram contato com a discussão veiculada no *Annuário* e sintetizada, de alguma maneira, nos pontos do concurso de 1912. Os dois documentos enunciam pistas do microclima dos debates realizados no interior da Escola Normal nos anos anteriores, sob direção de Thompson e contando com o exercício docente de Buarque e Ribeiro da Silva. É também passível de suposição que os dois reformadores de Mato Grosso, enquanto alunos-mestres, conheceram a literatura e os materiais pedagógicos norte-americanos. Lembra-nos Mirian Warde (2003), p. 158) que tanto Cyridião Buarque quanto Thompson empreenderam viagens aos Estados Unidos. O primeiro dirigiu-se àquele país, entre a primeira e a segunda década do século XX, com interesse em estudos relativos à Psicologia, destacadamente a experimental. O segundo acumulou contatos diretos com educadores norte-americanos, após sua primeira viagem, em 1904, guiada por Horace Lane.

Na avaliação sobre a Escola Normal de São Paulo, proposta por Oscar Thompson no *Annuário* de 1909-1910 (p. 90-113), a remissão às escolas norte-americanas é frequente e sustenta não apenas a defesa da inclusão da Psicologia como disciplina no quadro curricular da Escola, como assevera posição de modelo aos Estados Unidos no que tange à orientação de estabelecimentos profissionais para o magistério no Brasil. Os métodos americanos são decantados, a partir da leitura de Omer Buyse, e descritas, pormenorizadamente, as escolas normais, as escolas normais práticas (*training-schools*) e a Academia de professores da Universidade de Columbia do estado de Nova Iorque. O educador detém-

se, ainda, na organização administrativa e fiscal do aparelho escolar, explora a distribuição do currículo nas instituições voltadas ao preparo docente e discorre sobre os exames realizados a indivíduos que, não habilitados em escolas normais, desejassem de abraçar o magistério (enumerando, inclusive, os pontos de História da Educação requeridos).

À formação recebida na Escola Normal, Mello e Kuhlmann associavam seu conhecimento do aparato escolar existente no estado de São Paulo. Quando partiram para Mato Grosso, São Paulo contava com uma população estimada de três milhões de habitantes, sendo 432.807 em idade escolar, de acordo com o censo promovido pela Diretoria-Geral em 1909 (ANNUARIO, 1909-1910, p. 158-159). Segundo as mesmas estatísticas, 80.469 pessoas estavam matriculadas em escolas públicas estaduais; 13.561, em escolas municipais; 28.648, em escolas particulares, totalizando 122.678 almas. Destas, 41.275 alunos frequentavam Grupos escolares, distribuídos em 933 classes, e 39.194 estavam em escolas isoladas, em 1.333 classes.

Apesar de atenderem menos de 10% da população em idade escolar, na estimativa da própria Diretoria-Geral de Instrução, os Grupos escolares continuavam congregando simbolicamente o ideal de excelência em matéria educativa. Era a escola graduada, reorganizada administrativa e pedagogicamente, com contabilidade precisa dos tempos e ordenação cuidadosa dos espaços escolares; ampliação do currículo, contemplando disciplinas de caráter enciclopédico; renovação material e metodológica do ensino, pelo cuidado à produção didática e pela introdução do método intuitivo; e rigorosa hierarquia docente que emergiam como principais características do novo desenho proposto à educação primária.

Avaliava o Diretor-Geral, Oscar Thompson, no *Anuario* de 1909-1910 (p. 84): “São os grupos escolares, inquestionavelmente, o melhor tipo de escola graduada primária. Tendo uma perfeita divisão de trabalho, com as classes homogêneas quanto ao preparo e idade do aluno, pode ser o ensino ministrado nesses estabelecimentos com os mais profícuos resultados”. Apesar de reconhecer a existência de Escolas Reunidas, funcionando no mesmo prédio como escolas independentes, em São Paulo, e propor um projeto de regulamento para essas instituições, afiançava que a melhor solução para a educação paulista era a substituição futura dessas escolas por Grupos, com administração centralizada. Depositava sobre este último modelo as esperanças de disseminação da instrução e de eficiência do aparato escolar.

Além das aulas frequentadas na Escola Normal e do contato direto com a situação do ensino na Capital, Kuhlmann e Mello não tinham outras experiências. O próprio exercício sistemático do magistério não chegara a ser iniciado. Ficava restrito à pequena prática de ensino efetuada como alunos-mestres. Recém-

formados e na flor dos 20 anos, esses dois *bandeirantes* rumaram para Cuiabá, assumindo cargos de grande responsabilidade na arena educativa. Como lidaram com os desafios que encontraram? O que intentaram realizar? Que estratégias fizeram uso? Como reavaliaram seguidamente suas posições? Como criaram soluções para os problemas enfrentados? São algumas das questões que pretendemos abordar no próximo item.

## Uma influência benéfica ao colossal Estado de Mato Grosso

Havia uma imensa expectativa da chegada de Mello e Kuhlmann em Mato Grosso. O Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do estado, meses antes da contratação desses professores, discursou à Assembléia Legislativa comunicando que tinha autorizado a contratação de dois normalistas em São Paulo com o fim de criar uma Escola Normal e reorganizar o ensino, tendo em vista a necessidade de investimento na instrução popular, “base fundamental de todo o verdadeiro progresso social” (COSTA, 1910). A eles era creditado o futuro da instrução pública do estado.

Logo que chegaram a Cuiabá percorreram as escolas da capital para obter um diagnóstico da realidade educacional. Como resultado, Mello afirmou que “das escolas visitadas não havia uma que funcionasse de acordo com as leis metodológicas mais gerais. O horário e programa em detalhe eram desconhecidos do professor. Sua orientação pedagógica não ia além da prática que por si unicamente conseguira”. Chegaram à conclusão de que “tudo estava por fazer” (MELLO, 1911).

Mello e Kuhlmann abraçaram o desafio. Logo no dia 23 de agosto os dois normalistas enviaram ao presidente do estado um ofício propondo algumas diretrizes que consideravam prementes e apresentado horários para o funcionamento dos Grupos escolares que passavam a criar. Investiram, também, na reorganização do Regulamento da Instrução Pública, dedicando para isso dois meses aproximadamente. O novo Regulamento foi publicado no mesmo ano (decreto nº 265 de 26 de outubro) entrando em vigor em 1911.

Sob a orientação dos dois professores, a reforma da instrução pública, implantada pelo diretor da Instrução Pública, Major José Estevão Correa, conservou algumas diretrizes do regulamento anterior, de 1896, que estavam em consonância com os debates nacionais: laicidade, obrigatoriedade, gratuidade do ensino e uso do método intuitivo e prático. Apresentou duas inovações significativas para a educação pública: a criação dos Grupos escolares e da Escola normal, com moldes diferenciados das instituídas anteriormente no estado (SÁ, 2007).

Cumprir esclarecer que a administração da instrução pública de Mato Grosso, durante o período em que os *missionários* paulistas estiveram diretamente ligados às mudanças no aparato educacional, entre 1910 e 1916, ficou a cargo de José Estevão Correa, não tendo nunca os dois educadores assumido a função de diretores da instrução. A situação ambígua que ocuparam no que concerne à gestão educacional no estado revelou-se tensa em alguns episódios. A ampliação da duração de quatro para cinco anos no curso primário na Escola Modelo foi um deles. Lázara Nanci Amâncio (2008), p. 97-98) aventa a possibilidade de disputas entre os dois educadores paulistas e o diretor da instrução pública. Segundo a autora, Mello e Kuhlmann encaminhavam seus relatórios diretamente ao Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda, o que provocava reclamações por parte de José Estevão Correa.

A documentação, até o momento analisada, permite afirmar, entretanto, que o apoio recebido do presidente de província franqueou-lhes a implementação das propostas, garantida, em parte, pela participação no exercício educacional cotidiano, como diretores de instituições de ensino modelares. Nesse sentido, não se pode deixar de considerar que o investimento que iriam realizar junto à imprensa local não estivesse, também, associado à necessidade de confirmar sua autoridade educacional e em dar visibilidade à autoria de suas iniciativas.

Uma das primeiras medidas tomadas pelos dois educadores paulistas ao chegar ao estado foi solicitar a criação imediata de dois Grupos escolares em Cuiabá, no 1º e no 2º distritos. Tinham a convicção de ser a instalação desse modelo escolar a “única senda que tornava viável o projeto de reorganização escolar” (MELLO, 1911). A autorização, concedida por meio do decreto nº 258 de 20 de agosto, instituiu Mello como diretor da Escola Modelo Anexa (Grupo Escolar do 1º distrito) e Kuhlmann, como diretor do Grupo Escolar do 2º distrito, determinando que ambos utilizassem, provisoriamente e no que lhe fosse aplicável, o regulamento e programa dos Grupos escolares de São Paulo.

À frente de tais instituições que passaram a funcionar em 1911, organizaram o programa escolar (em anos e por grau de dificuldade), o tempo (calendário e horário escolar), o espaço escolar (sala de aula, biblioteca e pátio) e estabeleceram a metodologia a ser utilizada no ensino (método simultâneo) e na prática pedagógica (método intuitivo) sem perderem de vista o “desenvolvimento gradual e harmônico das faculdades infantis” a fim de preparar os alunos “pelo amor e respeito à Sociedade, os homens de amanhã, a Pátria futura” (MELLO, 1911). A escola emergia como o “templo do saber, amável e bom, responsável pela formação da infância, considerada a sociedade de amanhã” (KUHLMANN, 1914).

Alegaram que, em conformidade com o decreto nº 258 e por não conhecerem ainda a realidade educacional de Cuiabá, empregariam como referência os horários utilizados em São Paulo, modificando-os quando houvesse necessidade, conforme se pode apreciar no trecho citado a seguir.

Temos a honra de vos apresentar os horários especiais para primeiro, segundo, terceiro e quarto anos de grupo escolar. Cumpre-nos dizer-vos que eles não são de nossa criação. Há alguns anos, a questão da regular distribuição do tempo em horários escolares, surgiu a lume em São Paulo, tendo o nosso governo nessa ocasião, mandado organizar uma série de horários diversos para submetê-los à experiência na prática [...] Contudo, eles são suspeitáveis de futuras modificações que iremos fazendo quando estivermos senhores da mesologia escolar de Cuiabá, que, atualmente, é-nos ainda desconhecida (MELLO; KUHLMANN, 1910).

O horário de funcionamento da escola não era uma questão menor. Como vimos, houve não apenas o investimento da Diretoria-Geral da Instrução Pública de São Paulo em veicular as diretrizes para o uso do tempo escolar no *Anuario* de 1909-1910, como a problemática foi objeto de inclusão na lista de pontos do concurso para a cadeira de *Pedagogia e Educação Cívica* em 1912. Por um lado, a normatização do horário permitia o controle das atividades docentes e discentes, disciplinando a sequência de conteúdos a serem abordados e a duração do trabalho escolar diária e anualmente. Por outro, estabelecia de forma contundente a separação entre o tempo social e o tempo escolar, interferindo no modo de funcionamento das demais instituições da sociedade, em particular a família. Insistir na definição e no cumprimento do horário escolar era investir na consagração da escola primária oficial, simultaneamente como repartição pública e como instituição social específica. Nos dois casos, a batalha não era simples nesse início do século XX. É preciso ter em conta que, até então, as escolas elementares mato-grossenses funcionavam nas casas de professores, com limites pouco desenhados entre as esferas pública e privada, sendo escassamente fiscalizadas em seus fazeres.

Na elaboração do programa adotado no Grupo escolar que dirigia, Mello também se inspirou no que conhecera em São Paulo:

Não tenho a veleidade de fazê-lo passar por coisa minha. É uma adaptação do que se preceitua nos grupos escolares paulistas. Certo alguns defeitos o acompanham. As lacunas

que porventura existam nele, serão removidas quando a prática, a experiência, os resultados no-las definirem (MELLO, 1911).

No entanto, nenhum dos dois professores demonstrou a intenção de implantar no aparato educacional de Mato Grosso uma cópia do modelo paulista. Pelo contrário, sempre apontaram esta opção como impertinente, não aplicável àquele meio, propugnando pelo respeito à realidade local. Em 1912, Mello reforçava a necessidade de alterações no programa. Em suas palavras:

Penso que já é tempo de se proceder à organização definitiva de programas para os nossos grupos escolares, pois os que possuímos, feitos para outros estabelecimentos de outro Estado, se bem que de categoria e orientação pedagógica idênticas aos nossos, não são, in totum, aplicáveis ao nosso meio (MELLO, 1912).

Os horários também sofreram mudanças adaptando-se às condições concretas com que se depararam. Por estar a Escola Modelo instalada inicialmente numa casa não apropriada para esse fim e de modo a acomodar o funcionamento da sessão masculina no período da manhã e da sessão feminina à tarde, foi necessária a redução de uma hora na carga horária diária prevista.

Simultaneamente, Mello ampliou o tempo de duração do curso primário na Escola Modelo. Ele alertou para a importância em acrescentar um ano complementar de estudo aos alunos que pretendiam ingressar na Escola Normal, de modo a tomarem contato com conteúdos associados ao ensino secundário. Sendo assim, a Escola Modelo foi organizada em cinco anos, mesmo diante de algumas opiniões adversas, destacando a do Diretor da Instrução que acusa a “disparidade entre a Escola Modelo e os grupos escolares, instituição de idênticas finalidades, mas cujos períodos letivos se diferenciam injustificavelmente” (MARCILIO, 1963, p. 145).

Além de organizar programas, tempos e espaços escolares, se fazia urgente, na concepção de Mello, instrumentalizar os professores para operar com o método intuitivo<sup>5</sup>. O educador, então, investiu na capacitação dos professores da Escola

---

5 Embora tal metodologia houvesse sido introduzida no ensino primário através do Regulamento da Instrução Pública de 1896 quando, então, houve um investimento da Diretoria da Instrução Pública na capacitação dos professores por meio de conferências pedagógicas e de sugestões de bibliografias, não aconteceram grandes avanços na utilização do método devido a vários fatores, entre os quais destacamos as constantes interrupções das aulas por causa das lutas armadas nos bairros da capital (SILVA, 2006).

Modelo durante três meses seguidos, com o intuito que deixassem de lado o método da memorização e passassem a orientar seus alunos por meio da linguagem oral, “banidos do ensino de todos os livros, exceto o de leitura, condenada para sempre a decoração” (MELLO, 1911).

O relato da ex-aluna da Escola Modelo, Maria Constança de Barros, aponta para a aplicabilidade da metodologia apreendida pelos professores paulistas: “Em Cuiabá, na Escola [Modelo] Barão de Melgaço, aprendi a ler já pelo método moderno [...]. A professora começava por frases, que eram decompostas em palavras, escritas no quadro-negro”. Para viabilizar a aplicação do método analítico, Mello utilizou cartilhas advindas de São Paulo, “que introduzia a criança diretamente na leitura” (ROSA, 1990, p.62).

A capacitação dos docentes também acontecia por meio de Conferências Pedagógicas publicadas na revista *A Nova Época* (1912), redigidas por Gustavo Kuhlmann. Com periodicidade mensal, o periódico era editado com o patrocínio do presidente do estado, dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, e do secretário do interior, justiça e fazenda, sr. Manoel Paes de Oliveira. Contou, em seus quatro números publicados sob a redação do dr. Carlos Sallaberry com a colaboração dos paulistas Francisco Azzi, João Brienne de Carmargo, Gustavo Kuhlmann e Leowigildo Martins de Mello, além de cidadãos expressivos na sociedade cuiabana, entre os quais Isác Povoas, Firmo Rodrigues e Estevão de Mendonça.

O periódico visava atingir os docentes na ativa. No entanto, para garantir a eficácia desse projeto empreendedor de modernizar a instrução pública do estado, era necessário investir na formação inicial. Por isso, a criação da Escola Normal era tão premente. No dizer dos educadores paulistas, somente ela seria capaz de preparar professores que soubessem como e o que ensinar, oferecendo profissionais capacitados para a sustentação do novo modelo escolar.

Mello foi indicado para o cargo de diretor da nova instituição, assumindo também as aulas da cadeira de *Pedagogia*, responsável pela formação metodológica, moral e cívica do futuro professor. Coube-lhe a organização administrativa e pedagógica da Escola Normal. Inicialmente o curso estava estruturado em três anos, conforme Regulamento da Escola Normal de 1910, no entanto, no segundo ano de funcionamento, já sugeriu algumas mudanças, inclusive a alteração da duração do curso para quatro anos (como em vigor em São Paulo), com um novo programa e distribuição das disciplinas.

A orientação geral era que os lentes deveriam planejar e trabalhar os conteúdos com os normalistas sempre partindo do particular, utilizando os órgãos dos sentidos e, após a impressão sensorial, os conhecimentos adquiridos seriam alargados por meio de exercícios graduados. Para Mello

(1910) “o verdadeiro educador é aquele que sabe fazer o que ensina, e não o que ensina como se deve fazer”, por isso, o primeiro contato dos normalistas com o método intuitivo tinha que ser através da prática de seus professores. No último ano do curso, os normalistas teriam a experiência prática da metodologia na Escola Modelo anexa, sob a orientação do professor de Pedagogia. Deve-se a este momento a preocupação de Mello com a aquisição de materiais apropriados para a aplicação do método intuitivo.

A princípio, a cadeira de Pedagogia era oferecida no primeiro ano, com os conteúdos de Educação moral, cívica e física, Trabalhos manuais, Desenho, Caligrafia e pintura; e, no segundo ano, com os conteúdos de Psicologia, Pedagogia, Educação Física, Educação moral e cívica e Trabalhos manuais. Posteriormente, em 1914, com o novo Regulamento Interno da Escola Normal, a cadeira passou a ocupar o terceiro e quarto anos da formação docente, somente com os conteúdos de Pedagogia, Direção de escolas e Educação moral, cívica e física.

Para compreender como o conteúdo era operacionalizado na disciplina buscamos localizar os programas oferecidos. Logramos encontrar apenas a parte relativa ao primeiro ano, ministrado em 1911, momento inicial de implantação do Regulamento. Conforme declarado na Ata da Congregação, Mello organizou a disciplina, privilegiando o ensino de Educação moral e cívica e explorando a sua importância e as razões para a educação laica na parte geral (A). No item B, dirigiu-se mais detidamente aos conteúdos metodológicos, dando ênfase ao método analítico de alfabetização. Nos dois segmentos, os princípios de ordenamento legal da sociedade e da escola eram apreciados, compondo o conjunto dos saberes ensinados, como é possível observar no quadro a seguir:

## a) Educação moral e cívica

### 1º

#### Plano Geral da divisão do curso.

#### A) Plano geral do curso

1. Educação moral e cívica; - seu objetivo
2. Análise da escola leiga; educação moral e cívica perante o programa leigo.
3. Razões e vantagens do ensino livre.
4. Mocidade e educação cívica
5. Fontes para o estudo da educação cívica
6. O homem, a família, a sociedade, a pátria e a humanidade.
7. Sociabilidade do homem.
8. Necessidade da lei na sociedade.
9. Estado, direito natural e lei.

#### B) Divisão do curso

1. Metodologia de ensino.
2. Considerações gerais sobre a metodologia analítica.
3. Orientações do professor no ministério das disciplinas abstratas.
4. Divisão do curso em quatro partes: a) princípios básicos das instituições; b) órgãos e funções do Estado; c) direito internacional ou direito das gentes; d) a república Brasileira.

Quadro 2 - Ata da Congregação da Escola Normal de Cuiabá , 25/01/1911, fls 2 a 5.

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Presidente Médice.

A orientação para o primeiro ano fugia aos pontos propostos para o concurso de 1912, em São Paulo, enumerados no primeiro item deste artigo, denunciando não apenas que novo formato da disciplina acomodava-se ao objetivo de fornecer subsídios para o trabalho na Direção de escolas, como se ajustava ao repertório de saberes de Mello e ao que compreendia como conhecimentos fundamentais à formação do futuro mestre em Mato Grosso. A reformulação, em 1914, dos conteúdos da cadeira parece remeter à experiência acumulada por Mello nesses anos iniciais de docência e acomodar-se ao programa aprovado pela Congregação em 1911.

Por outro lado, a ausência de conteúdos relativos à Psicologia no primeiro ano e sua exclusão no Regulamento de 1914 indicia a pouca familiaridade do educador com a matéria. É importante lembrar que a disciplina não havia sido oferecida a Leowigildo em sua passagem pela Normal de São Paulo. No quadro curricular

introduzido na Escola em 1904, a disciplina fora suprimida, sendo reinserida apenas em 1912. Por fim, a amplitude dos temas relacionados ao campo do Direito indicava o lugar de reformador que Mello ocupava na educação motogrossense e, possivelmente, um gosto pessoal. Autodidata, Leowigildo a partir de 1916, abandonou o magistério, dedicando-se à advocacia em Cuiabá.

No período em que Mello esteve na direção da Escola Normal (1911-1916), formaram-se 20 novos professores, sendo 16 mulheres e quatro homens. Observando o depoimento da professora Francisca de Figueiredo (1990), formada em 1913, pode-se dizer que, de algum modo, o trabalho dos dois “missionários” foi profícuo. Segundo ela, “Os professores que vieram de fora reformar o ensino de Mato Grosso, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, condenavam a soletração. Nunca mandei um aluno meu soletrar. Eles acabaram também com a palmatória” (ROSA, 1990, p. 224). A professora Maria Constança de Barros, formada em 1916, também destaca a renovação dos métodos de alfabetização promovida por Mello. “Viera de longe, chegara até Cuiabá para trazer novos métodos de ensino, novas técnicas didáticas, nova luz ao desenvolvimento educacional do estado” (ROSA, 1990, p. 62).

Além de estar na direção da Escola Normal e da Escola Modelo Anexa, Mello participava de comissões para a instalação dos Grupos escolares em outros municípios. Preocupou-se também com as escolas isoladas, concebidas pelo governo como um mal necessário, pois a maioria das crianças em idade escolar no estado estudava nesse modelo escolar. Alertou para a necessidade de organização de um programa escolar para as escolas isoladas.

As atuais escolas isoladas, ante os grupos escolares, podem ser mecanicamente considerados como duas forças, com ponto de aplicação e intensidade idênticos, atuando no mesmo sentido, mas em direções opostas. Os grupos escolares, regulamentados, metodizados, obedecendo a programas e horários pedagógicos, produzem resultados diversos das escolas isoladas, sem regimento interno, sem orientação definida, sem métodos precisos, sem programas e sem horários.

É tempo, portanto, de se cuidar das escolas isoladas, ao menos, das da Capital. E o primeiro passo para a reforma destas, deve ser a sua regulamentação (MELLO, 1911).

Leowigildo Mello uniu-se à professora Idalina Ribeiro de Faria e ao diretor interino da Escola Normal e Modelo anexa, professor Philogônio de Paula Correa, para elaborarem o Programa de Ensino para as Escolas Isoladas do Estado, publicado em 1917. Cuidaram para que o Programa fosse bem detalhado e os conteúdos especificados,

a fim de orientar sua aplicação. Tinham em conta que, malgrado os esforços da Escola Normal, os mestres em atividade no estado eram, em sua maioria, leigos.

Como é possível observar, a atenção de Mello e Kuhlmann encontrava-se voltada para a Capital, tanto em relação à formação de professores, quanto à criação de Grupos escolares e normatização da atividade das escolas isoladas, sendo muito tímida a atuação dos dois educadores no interior no estado. Trabalhar na capital por um lado era muito mais fácil do que no interior, devido ao acesso às unidades de ensino, possibilitando o acompanhamento e fiscalização; ao contato mais direto com a diretoria da Instrução Pública, conferindo maior visibilidade do trabalho. Por outro lado, exigia mais diplomacia, como diria Carlos da Silveira, expondo os educadores paulistas a desconfianças e resistências.

A visibilidade do trabalho dos dois professores acentuava-se devido à participação na imprensa local, que era utilizada como instrumento de divulgação de suas posições pedagógicas e, algumas vezes, político-religiosas, como a defesa do ensino laico por parte de Kuhlmann. Aliás, o educador se sobressaía na imprensa e na vida política, pois se casara com Emilia Amarante Peixoto de Azevedo, filha do Coronel Caracciolo Peixoto de Azevedo, um dos líderes políticos do Partido Conservador. Era alvo constante de conflitos com os representantes da comunidade católica que, por meio do jornal *A Cruz*, faziam críticas agressivas às idéias e atuação profissional de Kuhlmann. Após retrucar as acusações nos jornais que dirigia, o educador paulista publicou um livreto com o título *Esclarecimentos* (1914), onde fazia alusão a sua posição política e as pressões que vinha recebendo havia dois anos.

Em política, como em crenças, como também em questões sociais tenho já bem acentuado, senão bem definidos meus ideais. Sou republicano, firmado nos princípios muito mais sólidos do que as falsas bases que caracterizam a demagogia bombástica e perigosa. Se bem que ainda não suficientemente penetrado do sistema político de Augusto Comte, e sem ser positivista, tenho tendência acentuada para esse sistema, que desde já, reputo superior a quaisquer outros. [...]

Em minha propaganda de ideais, da mesma sorte, nunca descí às retaliações pessoais, mas, sempre considerei as questões em tese, repelindo, unicamente, no terreno pessoal, os ataques que me vêm sendo feitos pelo clericalismo, desde janeiro de 1912, nesta Capital (KUHLMANN, 1914, p. 3-4)

Na imprensa, além das Conferências Pedagógicas publicadas na revista *A Nova Época*, Kuhlmann publicou o jornal *O Amiguinho* (1912) dedicado às crianças, dirigiu os jornais *O Republicano* e *A Reacção* e colaborou com o jornal *O debate*.

Editou, também, um livro de poesias com o título *Bondade e Pátria*, aprovado pelo Conselho Superior da Instrução Pública (1915) para ser adotado nas escolas primárias na formação moral e cívica das crianças.

Neste setor, a atuação de Mello não foi tão expressiva quanto a de Kuhlmann. Ele foi articulista dos jornais locais de oposição ao *A Cruz* e, colaborou com a revista *A Nova Época*. Sua menor participação não o poupou dos ataques do jornal católico acompanhados de perto pela sociedade local. Segundo professora Maria Constança:

A inveja está sempre do lado dos que produzem, dos que realizam e por isso destacam. De sorte que as mudanças do Prof. Leowigildo tornaram-se alvo fácil de maledicência e foram muito mal recebidas em Cuiabá. A Imprensa da Capital de Mato Grosso escrevia diariamente contra ele, chamando-o entre outros adjetivos de ‘pau-rodado’, que na gíria local significa pessoa fracassada, sem condições de progredir, de ensinar. Inteligente, combativo, ele se defendeu das acusações, gabando-se de ser o único pau-rodado que havia rodado efetivamente contra a corrente. [...] Com o tempo, ele foi sendo aceito, passou a ser admirado e respeitado (ROSA, 1990, p. 63).

A polêmica na imprensa denunciava a disputa por posições políticas na sociedade local e o desejo, por parte da Igreja, de interferir no desenho da organização pedagógica da instrução primária no estado e de influenciar (ou manter a influência sobre) o trabalho dos mestres em exercício. É preciso lembrar que o maior contingente do magistério mato-grossense era constituído por professores leigos e que os impressos eram utilizados como estratégias de formação para o exercício docente na época.

Mello e Kuhlmann permaneceram nas suas respectivas funções até o fim de 1916, quando o destino dos dois *missionários* divergiu. Leowigildo assumiu novas funções fora do âmbito educacional. Alguns amigos apostaram que ele retornaria ao seu estado de origem para dar continuidade à sua carreira na educação, mas Mello optou por exercer interinamente o cargo de Promotor da Justiça de Cuiabá como advogado provisionado e a contribuir como articulista para os jornais local. Ironicamente, em 1918 converteu-se ao catolicismo e passou a colaborar sob o pseudônimo de L. da Veiga para o jornal *A Cruz*, o que, com certeza, facilitou a sua aceitação ao meio social. Faleceu em agosto de 1922, aos 33 anos, deixando sua esposa, a professora Azélia Mamoré de Mello e filhos. Nessa ocasião, o jornal *A Cruz*, que anteriormente tanto o criticara, noticiou:

Mais uma vez o Governo lhe aproveitou os serviços confiando-lhe a organização de regulamentos e regimentos concernentes ao ensino, no que lhe reconhecia a idoneidade e dedicação às causas do nosso magistério. Afastado em 1916 [...] abraçou Leowigildo outra carreira não menos nobre, a advocacia, na qual manifestou uma nova face de sua inteligência brilhante e cultivada (JORNAL A CRUZ, 1922).

Kuhlmann seguiu outros rumos. Com a sua saída da direção do Grupo Escolar e com a morte do sogro, então vice-presidente do estado, recusou o cargo de Diretor da Instrução Pública, por fidelidade partidária. Retornou com a esposa e filhos para São Paulo, onde assumiu várias funções na educação e prosseguiu com sua atuação junto à imprensa. Faleceu em 1930, aos 40 anos.

## Comentários finais

Nos seis anos em que estiveram associados à instrução pública mato-grossense, Leowigildo Melo e Gustavo Kuhlmann esforçaram-se em disseminar as inovações pedagógicas e administrativas que conheceram, mesmo somente como alunos, em São Paulo. Agindo de forma integrada, esses dois *missionários* procuraram lidar com o *imprevisto*, esforçando-se por *adaptar* os seus conhecimentos à realidade local.

Nesse processo, realizaram apropriações dos modelos pedagógicos que circulavam não apenas em São Paulo, como em vários países ocidentais. Método intuitivo, ensino analítico e escolas graduadas fizeram parte do repertório desses educadores que mais que semeadores de *flores exóticas*, na expressão de Carlos da Silveira, promoveram hibridações, a partir do contato com o estado da instrução em Mato Grosso, com as contendas políticas e as disputas religiosas. Não foram, deste modo, difusores de um modelo escolar paulista, como parece idealizar *Poliantéia*, mas exerceram o papel de filtros entre culturas.

Carlos da Silveira, entretanto, tinha razão ao afirmar que os professores paulistas em missão pouco podiam realizar. A estada de Kuhlmann e Mello na direção dos Grupos escolares e da Escola Normal foi de curta duração. No período em que se dedicaram à instrução mato-grossense, apenas 20 professores foram diplomados. Os dois paulistas cuidaram principalmente das lides das escolas de Cuiabá, sem se embrenharem pelo interior do estado.

É preciso dizer, entretanto, que não estiveram sós. Em 1912, os paulistas Ernesto Sampaio e João Brienne de Camargo, ambos diplomados pela Escola Normal de Itapetininga-SP, em 1904; José Rizzo, formado pela Escola Normal de São Paulo

em 1903; e Francisco Azzi chegaram a Mato Grosso para auxiliar na instrução pública. Em 1914, foi a vez de Waldomiro de Oliveira Campos, recém-diplomado pela Escola Normal de São Paulo dirigir-se à Cuiabá. Mas, da permanência desses paulistas os traços são escassos.

Azzi não chegou a se estabelecer, retornando a São Paulo no mesmo ano. João Brienne assumiu a direção do Grupo escolar de Poconé até 1914, quando foi substituído por Waldomiro Campos. De Azzi e Brienne restaram referências de sua participação como articulistas na revista *A Nova Época*, em 1912. De José Rizzo e Ernesto Sampaio nada sabemos. Waldomiro Campos além de atuar na direção do Grupo escolar de Poconé, foi nomeado auxiliar da diretoria de instrução pública na inspeção da Escola Modelo entre junho de 1915 a julho de 1916 e, atuou como professor interino de Pedagogia por um curto período, enquanto Mello se afastou para tratamento médico.

Em 1916, com a disputa política entre o Partido Republicano Conservador (PRC) e o Partido Republicano Mato-grossense (PRMT), denominado *Caetanada*, a violência, como estratégia de obtenção e manutenção do poder, voltou a ser empreendida, tanto no embate jurídico como na luta armada, manifestando-se de forma mais cruel. A Caetanada chegou ao seu final em 1917, com a intervenção do Presidente da República, Wenceslau Brás. Nesse período, os normalistas contratados deixaram a instrução pública, perdendo o apoio político. Mello dedicou-se à advocacia. Kuhlmann voltou a São Paulo. E Campos permaneceu no estado (não sabemos ao certo a que se dedicou), vindo a falecer seis anos depois. Mais uma vez é preciso concordar com Carlos da Silveira, dentre as dificuldades sofridas pelos missionários paulistas estava “a praga da politicagem e dos levantes armados”.

Apesar da curta atuação desses educadores paulistas, eles foram cultuados na tradição pedagógica de Mato Grosso, assumindo sua passagem pelo estado o estatuto de marco fundador da modernidade educativa. Não deixa de ser curioso perceber que, da mesma maneira que na *Poliantéia*, a memorialização do passado educacional mato-grossense reserve a Mello e Kuhlmann (como também a Campos) o epíteto de *bandeirantes*, como vemos na poesia (manuscrito s/d) oferecida pelo professor Ulisses Cuiabano a Gustavo Kuhlmann:

[...] Normalistas gentis, vós sois os bandeirantes  
Que rompendo por entre as selvas misteriosas  
Que envolvem, com vigor, os cérebros ignorantes

Ides ali plantar, com peregrinas mãos  
A árvore do saber, de flores radiosas,  
De perfumes sutis, de rútilos clarões.

Nos jogos de reinvenção do passado, tramados social e historicamente e produzidos nas relações de poder entre os grupos, a atuação dos *missionários* paulistas constituiu-se em lugar de memória da educação mato-grossense. Que estratégias permitiram essa sobrevivência e relegaram ao esquecimento outros eventos e personagens do passado educativo no estado é uma pergunta que ainda demanda resposta.

## Referências

- AMÂNCIO, Lazara Nanci de Barros. **Ensino de Leitura e Grupos Escolares: Mato Grosso 1910-1930**. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2008.
- ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, por ordem do Governo do Estado, 1909-1910. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1910.
- BONTEMPI JR, B. Roldão Lopes de Barros: um intelectual?. In: NEPOMUCENO, Maria de Araújo; TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. (Org.). **A Educação e seus Sujeitos na História**. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, v. 1, p. 81-90.
- COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. **Mensagem do Presidente do Estado à Assembléia Legislativa**, 1910.
- DEMARTINI, Zela de B.F. e ANTUNES, Fátima F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, nr. 86, ago. 1993, p. 5-14.
- GONÇALVES, Gisele; WARDE, Mirian. Oscar Thompson. In: FÁVERO, M.L.; BRITTO, J. (Org.). **Dicionário dos educadores brasileiros**. Rio de Janeiro/Brasília: Editora UFRJ/INEP, 2002, p. 867-872.
- GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século**, 1480-1520. As origens da globalização. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- KUHLMANN, Gustavo. **Esclarecimentos**. Cuiabá: Casa Avelino, 1914.
- MARCILIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso, 1963.
- MATO GROSSO. **Jornal A Cruz**: Prof. Leowigildo Martins de Mello. 06 de agosto de 1922, p.1.

MELLO, Leowigildo Martins de, KUHLMANN, Gustavo. **Ofício ao vice-presidente do estado encaminhando o horário dos grupos escolares**, 23 de agosto de 1910.

\_\_\_\_\_. **Ofício ao vice-presidente do estado**, 23 de setembro de 1910.

\_\_\_\_\_. **Relatório das Escolas Normal e Modelo Anexa**, 1911.

\_\_\_\_\_. **Relatório das Escolas Normal e Modelo Anexa**, 1912.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. **Ensino Normal em São Paulo (1846-1963)**. Inventário de fontes. Série Fontes, v. 2. Campinas: Graf. Central, 1999.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande:UFMS, 1990.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SÃO PAULO. **Poliantéia do 1º. Centenário do Ensino Normal de São Paulo**, 1946.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel. **Escola Normal de Cuiabá: história da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916)**. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

SILVEIRA, Carlos da. Missões de professores paulistas. **Revista do Brasil**, ano II, vol. V, nr. 18 de junho de 1917, p. 240-244.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para uma História do Ensino Público em São Paulo. **Revistas de Ensino**. Educação, n. 3, vol VII, jun. 1929, p.323-332.

TANURI, Leonor. **O ensino normal no estado de São Paulo, 1890-1930**. Coleção Estudos e Documentos. São Paulo: FEUSP, 1979.

VIDAL, Diana. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os Grupos Escolares em foco. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

Recebimento em: 10/11/2010.

Aceite: 24/11/2010.